

NOTA INFORMATIVA 01 / 2021



CEPES 44 anos: as pesquisas populacionais que ampliaram o conhecimento do Município de Uberlândia e de sua Universidade Federal.

Março - 2021



Instituto de Economia e Relações Internacionais
Universidade Federal de Uberlândia

CEPES 44 anos: as pesquisas populacionais que ampliaram o conhecimento do Município de Uberlândia e de sua Universidade Federal.

Luiz Bertolucci Jr.¹
Ester William Ferreira²

Neste 17 de março de 2021, momento grave no qual a população brasileira sofre uma aguda crise sanitária e socioeconômica em sua história, centralizada pela pandemia provocada pelo novo *Coronavírus*, levando a milhares de mortes, o **Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - CEPES**, criado em 1977, órgão vinculado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI da Universidade Federal de Uberlândia completa 44 anos de extensos trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvidos em favor da comunidade uberlandense.

Nestas últimas décadas, as pesquisas populacionais avançaram enormemente em método e cobertura em todo o País. Os censos demográficos decenais passaram a contar com riquíssimo questionário, abrangendo diversos temas que possibilitam conhecer em detalhes a população brasileira, e também atingiu alto nível de cobertura censitária, passando a fornecer dados imprescindíveis, em nível municipal, o que tem favorecido as gestões públicas locais a implementarem políticas eficientes, com foco nas necessidades de seus habitantes, mas eficazes, no sentido que a população consegue perceber e acessar as ações que são implementadas e que foram diagnosticadas por meio de pesquisas primárias.

No entanto, os censos demográficos e outras pesquisas que são realizadas, periodicamente, pelos órgãos estatísticos centrais, não conseguem atender as especificidades de informações e dados cadastrais que os gestores públicos municipais,

¹ Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Economista pelo Instituto de Economia/UFU. Técnico Administrativo em Educação. Coordenador do CEPES e Pesquisador em População. E-mail: bertolucci@ufu.br.

² Doutora em Economia pelo IERIUFG. Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI/UFU). Gerente de Pesquisa e Pesquisadora em Emprego e Trabalho. E-mail: ewferreira@ufu.br.

empresários, líderes institucionais, educadores e cientistas, entre outras pessoas, envolvidas com os desafios locais, requisitam para cumprirem seus planos de governo ou seus projetos de investimentos, assim como, em muitas ocasiões, não contam com informações que lhes possibilitam cumprir a normativa legal que induz ao respeito aos direitos humanos, e da busca por mais equidade e autonomia das pessoas, visando a superação da pobreza que ainda se apresenta em diversos grupos vulneráveis da população brasileira.

Com o objetivo de atender a demanda de informações locais, realizando pesquisas primárias que pudessem contar com maior detalhamento das informações, inclusive com dados cadastrais, permitindo-se definir indicadores e proposições de políticas municipais, o Cepes foi demandado e executou diversas pesquisas demográficas, econômicas e de cunho social que permitiram conhecer em detalhes diferentes agentes demográficos e econômicos que atuam no município e região, desde as pessoas e suas famílias, a indústria local, o comércio varejista, os preços no mercado consumidor, as condições de saúde, emprego e escolaridade de importante parcela dos residentes, além de executar pesquisas em outras localidades.

As diversas pesquisas realizadas atenderam aos objetivos e a competência do Cepes, enquanto um órgão de pesquisa regional, podendo-se destacar as seguintes atividades: 1 - Cálculo e divulgação mensal do Índice de Preços ao Consumidor de Uberlândia - IPC/CEPES e da Cesta Básica de Alimentação (CBA), desde 1979, o que possibilita a produção de pelo menos dois outros indicadores: o Salário Mínimo Necessário e Cesta Básica ou Ração Essencial; 2 - Elaboração e divulgação de outros Indicadores Socioeconômicos (comércio exterior, demográfico, econômico, finanças públicas, saneamento, sociais e de emprego e trabalho); 3 - Realização de demandas específicas de Pesquisa e Extensão; 4 - Suporte às atividades do IERI, dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Economia e Relações Internacionais, e dos Núcleos de Pesquisas, além da parceria para a realização de pesquisa e extensão com outros institutos e faculdades da UFU; e, 5 - Atendimento às demandas da sociedade: empresas, instituições e pessoas, bem como de outros órgãos da UFU (Reitoria, Hospital, entre outros) no que se refere a informações de natureza socioeconômica e consultorias diversas.

Assim, desde o ano de 1977, quando o CEPES foi criado no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia, sua equipe composta por pesquisadoras e pesquisadores, num trabalho conjunto com docentes e alunos da Universidade, realizaram diversos trabalhos demográficos com impactos relevantes na definição de políticas e ações voltadas à

população uberlandense, resultados estes que influíram, inclusive, na dinâmica dos municípios polarizados por Uberlândia, componentes de sua área de influência regional.

Nesta Nota Informativa, buscando retratar a contribuição histórica deste órgão, destacamos sete pesquisas de caráter populacional, realizadas desde 1996 (Quadro I), que permitiram, não somente conhecer amplamente as populações censitadas (Uberlândia-MG, Santa Juliana-MG, Pessoas com Deficiência em Uberlândia, Servidores UFU e Alunos das Instituições Federais de Ensino Superior no País), mas que, também, qualificaram a equipe de pesquisadores UFU para que assumissem pesquisas de grande envergadura e alta complexidade, pesquisas estas utilizadas inclusive em trabalhos de dissertações e teses, o que levou à consolidação de uma equipe composta, em maioria, por pesquisadoras(es) Mestras(es) e Doutoradas(es), fortemente especializados em seus temas de estudo e com visão abrangente para os estudos científicos atuais.

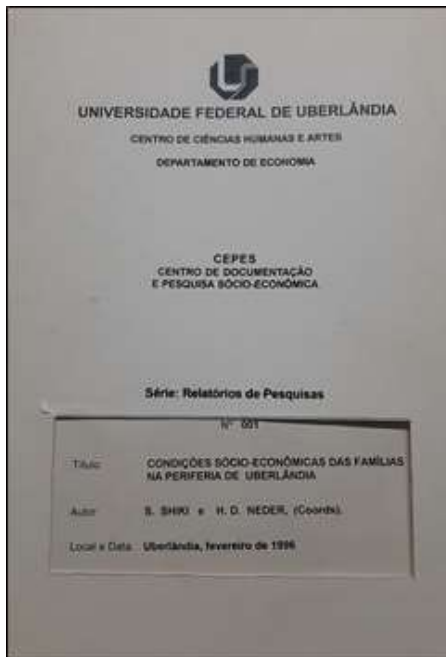
Quadro I – CEPES 44 ANOS: Pesquisas Populacionais.

Pesquisas	Ano da Pesquisa de Campo	Ano de Publicação do Relatório
1 - Condições Sócio-econômicas das Famílias na Periferia de Uberlândia	1995	1996
2 - Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia	2001	2001
3 – Levantamento de Indicadores Demográficos e Sócio-econômicos: Município de Santa Juliana – MG	2001	2001
4 – Levantamento de Informações Econômico-sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG	2004-2005	2005
5 – Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência – LIESP Deficiência - no Município de Uberlândia/MG	2008	2009
6 – Recadastramento e Perfil Epidemiológico dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia e Fundações	2007	2008
7 – IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras	2014	2016

Fonte: CEPES / IERI - Relatórios de Pesquisa. 1996 a 2016.
Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/publicacoes/Pesquisas-e-Estudos>

1 - Pesquisa Condições Sócio-econômicas das Famílias na Periferia de Uberlândia

Figura 1



Fonte: Capa e contracapa do Relatório de Pesquisa. Cepes, 1996.

Disponível em

<http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Em 1996, o CEPES publicou, no âmbito do então Instituto de Economia, os resultados da primeira pesquisa populacional que captou informações sobre um expressivo contingente de pessoas residentes no município, intitulada **Condições Sócio-econômicas das Famílias na Periferia de Uberlândia** (Figura 1). Esta pesquisa, com trabalho de campo realizado nos meses de julho e dezembro de 1994, captou informações que permitiram verificar, para além dos residentes no centro da cidade e nos bairros mais antigos, as condições de vida das famílias que viviam nos bairros periféricos. Observou-se que as famílias ali residentes, em larga maioria, estavam compostas por migrantes que saíram do campo, de outros municípios no entorno de Uberlândia, mas também vindos de regiões mais distantes, como o Norte de Minas e dos Estados do Nordeste, e que fixaram residência, nesta cidade, em busca de concretizar o sonho da garantia de qualidade de vida para a família, com acesso a emprego e renda, educação, saúde, moradia e equipamentos sociais de apoio às necessidades correntes (creches, instituições de capacitação para o trabalho, e espaços de lazer etc.).

Impressiona constatar, conforme mostra a Figura 2, a quantidade de famílias pobres residentes nos bairros mais distantes do centro e que apontavam para o eixo de crescimento urbano do município. Elevada a proporção de famílias pobres que não conseguiam suprir suas necessidades

básicas, considerando o baixo nível de renda a que tinham acesso, resultante, em larga medida, do desemprego experimentado por alguns membros da família, bem como pelas precárias condições de inserção no mercado de trabalho uberlandense, seja por ocuparem postos de trabalho informais, ou com baixa exigência de qualificação, conforme o relatório da pesquisa também permite captar.

Figura 2

DISTRIBUIÇÃO DA POBREZA E INDIGÊNCIA NOS BAIRROS PESQUISADOS								
BAIRRO	No. FAMILIAS TOTAL	% DO BAIRRO NO TOTAL	No FAMILIAS POBRES	% FAMILIAS POBRES NO BAIRRO	% NO TOTAL DE POBRES	No FAMILIAS INDIGENTE	No. FAMILIAS INDIGENTES NO BAIRRO	% NO TOTAL DE INDIGENTES
ACLIAMAÇÃO	420	1,71	280	66,67	1,14	252	60,00	1,03
BURITIS	1651	0,67	99	60,00	0,40	22	13,33	0,09
CALIFORNIA	287	1,17	210	73,17	0,86	161	56,10	0,66
CANAÁ	248	1,01	72	29,03	0,29	32	12,90	0,13
COPACABANA	300	1,22	30	10,00	0,12	30	10,00	0,12
DOM ALMIR	375	1,53	285	76,00	1,16	180	48,00	0,73
ESPERANÇA	396	1,62	324	81,82	1,32	234	59,09	0,96
GRANADA	663	2,71	156	23,53	0,64	78	11,76	0,32
GUARANI	2232	9,11	1188	53,23	4,85	466	20,97	1,91
INDUSTRIAL	203	0,83	147	72,41	0,60	96	48,26	0,40
IPANEMA I	516	2,11	376	72,87	1,54	316	61,24	1,29
IPANEMA II	105	0,43	70	66,67	0,29	70	66,67	0,29
LAGOINHA	810	3,31	528	65,19	2,16	462	57,04	1,89
LARANJEIRAS	507	2,07	360	76,92	1,59	195	38,46	0,80
MANSOUR	1612	6,58	775	48,08	3,16	341	21,15	1,39
MARAVILHA	266	1,09	182	68,42	0,74	147	55,26	0,60
MARTA HELENA	576	2,35	306	53,13	1,25	198	34,38	0,81
MINAS BRASIL	350	1,43	205	58,57	0,84	141	41,43	0,58
NOSSA SENHORA	770	3,14	300	38,96	1,22	180	23,38	0,73
OLIVEIRA	539	2,20	266	49,35	1,09	210	38,96	0,86
PAINEIRAS	507	2,07	234	46,15	0,96	39	7,69	0,16
PALMEIRAS	720	2,94	450	62,50	1,84	330	45,83	1,35
PAMPULHA	505	2,06	340	67,33	1,39	270	53,47	1,10
PATRIMÔNIO	300	1,22	210	70,00	0,86	90	30,00	0,37
SANTA LUZIA	781	3,19	528	67,61	2,16	264	33,80	1,06
SANTA MÔNICA II	2115	8,63	1395	65,96	5,70	810	38,30	3,31
SANTO INACIO	992	4,05	584	58,87	2,38	352	35,48	1,44
SÃO JORGE	440	1,80	363	82,50	1,48	220	50,00	0,90
SÃO JOSÉ	98	0,40	63	64,29	0,26	35	35,71	0,14
SATÉLITE	203	0,83	35	17,24	0,14	14	6,90	0,06
TAIAMAN	720	2,94	288	40,00	1,18	144	20,00	0,59
TANCREDO NEVES	775	3,16	403	52,00	1,65	248	32,00	1,01
TOCANTINS	1906	7,79	1118	58,49	4,56	756	39,62	3,09
TUBALINA	1590	6,49	570	35,85	2,33	270	16,98	1,10
VILA MARIA	252	1,03	175	69,44	0,71	133	52,76	0,54
DONA ZULMIRA	1248	5,10	744	59,62	3,04	648	51,92	2,65
TOTAL GERAL	24494	100,00	13687	55,88	55,88	8442	34,47	34,47

Fonte: Quadro II.5, página 42 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 1996.

Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Ainda mais perturba constatar, no quadro apresentado na Figura 2, que mais de oito mil famílias foram categorizadas como indigentes, ou seja, famílias que não conseguiram

garantir sequer sua alimentação básica diária adequada, literalmente “passando fome” numa das cidades brasileiras considerada como uma “ilha de prosperidade”, um local em que naturais e migrantes, vindos das diversas regiões brasileiras, não poderiam pressupor a existência ou coexistência de famílias famintas.

Para além da condição de renda das famílias pesquisadas, também as condições de educação, migração, moradia e equipamentos sociais e de saúde foram captadas por esta pesquisa e indicaram, entre outros achados, que boa parte da população uberlandense, composta tanto pelos nascidos aqui, quanto por imigrantes, se desdobravam na busca por oportunidade de inclusão de sua família num ambiente educacional que lhes capacitassem e qualificassem para uma melhor inserção no mercado de trabalho formal; pressionavam por acessar, como apoio à precariedade de renda familiar, equipamentos públicos como creches, escolas infantis, praças, quadras e outras possibilidades de lazer, também nos bairros da periferia; sofriam pela persistente expulsão de suas famílias dos bairros mais próximos ao centro da cidade para áreas mais distantes, necessitadas ainda de investimentos públicos que garantissem infraestrutura básica de saneamento, água, energia elétrica, transporte etc.

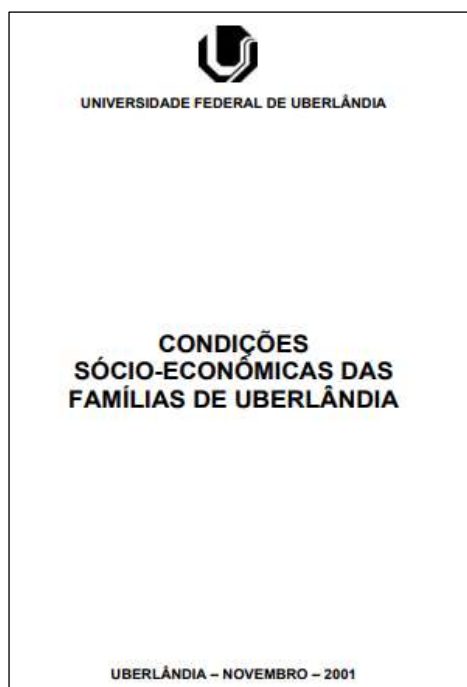
Pode-se inferir que, há 25 anos, quando as famílias entrevistadas requeriam equipamentos de lazer e de apoio às necessidades básicas de educação e saúde próximas aos seus domicílios, chamando atenção para a necessidade de tornar-se a cidade acessível e segura para todos os seus habitantes, elas já indicaram aos gestores públicos ações que, atualmente, no contexto da pandemia pelo novo *Coronavírus*, levando a forte contaminação de pessoas aglomeradas e mortalidade expressiva devida à doença da Covid-19, tornam-se ainda mais requeridas, tais como o acesso a parques, praças, áreas de lazer. As famílias moradoras em domicílios menores e com maior densidade de pessoas desejam usufruir de áreas externas, sem o perigo da contaminação pelo contato com grupos de pessoas, mas que lhes garantam a saúde física e mental.

Ainda que pesquisas similares estivessem sendo realizadas, para o País, por instituições estatísticas de maior porte e vinculadas ao Governo central, esta pesquisa realizada pela parceria Universidade/Governo local possibilitou conhecer a dinâmica socioeconômica de uma cidade de porte médio, polo regional, com franco crescimento demográfico e que não contava com informações estatísticas detalhadas por temas relevantes que possibilitassem planejar e orçar ações públicas focalizadas. Carlos Diniz, economista que integrou a equipe de pesquisa e analisou as condições de renda, em recente diálogo conosco, destacou que, naquela oportunidade, os resultados levaram à

maior atenção para os mais pobres em Uberlândia, desnudando a existência de famílias indigentes em condições miseráveis, e a base de dados consolidada com a pesquisa subsidiou programas implementados na década seguinte, inclusive para a construção de um orçamento municipal participativo e a realização de nova pesquisa que permitisse avaliar as possíveis mudanças observadas no período 1994-2001.

2 - Pesquisa Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia

Figura 3



Fonte: Capa do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2001. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Em 2001, o CEPES participou, junto ao IERI/NEDRU, de nova rodada da pesquisa populacional das **Condições Sócio-econômicas das Famílias de Uberlândia** (Figura 3). Os relevantes resultados da pesquisa anterior (Figura 1) motivaram a Prefeitura Municipal de Uberlândia, por meio de suas secretarias de Desenvolvimento Social e de Orçamento Participativo, a verificar, em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia, se, entre 1994 e 2001, a realidade das famílias uberlandenses teria se alterado.

Com o trabalho de coleta de informações realizado no período de 9 de abril a 13 de julho de 2001 esta pesquisa cadastrou as famílias residentes na periferia da cidade, incluindo as vilas distritais, gerando uma rica base de dados, com característica de recenseamento e, portanto, com rigor metodológico e estatístico, possibilitadora de estudos, projetos e ações eficientes na

implementação de políticas públicas junto às famílias mais pobres.

Constatou-se, na ocasião, que alterações relevantes nas condições de vida das famílias vulneráveis não se alteram substancialmente no curto prazo. Mesmo após quase seis anos entre os recenseamentos, o relatório evidenciou que “a desigualdade e a exclusão social persistem e, em alguns segmentos populacionais, aprofundaram-se”.

Na ocasião, destacou-se a oportunidade da pesquisa, realizada no início de uma nova administração municipal, utilizada como subsídio para a definição de um orçamento municipal participativo, bem como orientadora de um programa de governo que enfrentasse as graves necessidades sociais e minimizassem os efeitos das políticas macroeconômicas restritivas, em nível federal. De maneira semelhante, mas espelhando o esforço de qualificação que o Instituto de Economia, apoiado pela UFU, empreendera nos anos recentes, facultando que seus pesquisadores pudessem concluir cursos em nível de Mestrado e Doutorado, os resultados foram divulgados num relatório detalhado nos seguintes temas: dinâmica demográfica e caracterização da população; indigência e pobreza; mercado de trabalho; condições habitacionais, educação e saúde.

Ainda quanto ao quesito pobreza e indigência em Uberlândia, essa pesquisa de 2001 resgatou o grave problema a ser enfrentado pelo município: Uberlândia apresentava um índice de pobreza de 43,3% de sua população, ou seja, aproximadamente 216 mil residentes eram pessoas pobres e constituíam 40% das famílias, ou seja, a pesquisa identificou 43,4 mil famílias pobres. De igual maneira, a Figura 4 também destaca a existência, em 2001, de 10,7% da população residente na condição de indigentes, aproximadamente, 50 mil pessoas.

Figura 4

	%
Indigentes	10,7
Pobres	43,3

Fonte: Pesquisa de campo.

Fonte: Tabela 4.7, página 64 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2001.
Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Os resultados, se, de um lado, explicitavam preocupações aos gestores públicos e à sociedade uberlandense em geral, tendo em vista que a pesquisa mostrou uma expressiva proporção da população no município vivendo em situação de forte vulnerabilidade na renda familiar, em condições precárias de alimentação, moradia, emprego, por outro, subsidiou diversas iniciativas, não somente do governo local, mas também de lideranças

regionais, no apoio aos grandes projetos nacionais de superação da pobreza e combate à fome, que seriam implementados a partir de 2003.

A realização destas duas pesquisas demográficas acentuou a capacitação da equipe do Cepes na realização de pesquisas censitárias e, somado o esforço de qualificação empreendido no âmbito da UFU para qualificar seus servidores, promovendo inclusive programas de afastamento integral para a realização de cursos em nível de Mestrado e Doutorado, em centros de Pós-Graduação de excelência, consolidou-se uma equipe especializada na definição e execução de projetos e pesquisas que lidassem com grandes contingentes populacionais.

3 – Levantamento de Indicadores Demográficos e Sócio-econômicos: Município de Santa Juliana – MG.

Figura 5



Fonte: Capa do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2001b. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/regional>

Em 2001, com a repercussão das pesquisas realizadas em Uberlândia, um polo regional fora das regiões metropolitanas, resultados que poderiam ser cotejados com a ampla discussão que se estabelecia em nível nacional, na análise dos resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), a equipe do CEPES foi demandada pela Prefeitura Municipal de Santa Juliana, município mineiro próximo a Uberlândia, para a realização do **Levantamento de Indicadores Demográficos e Sócio-econômicos: Município de Santa Juliana, Minas Gerais** (Figura 5).

Os gestores públicos de Santa Juliana desejavam adotar políticas públicas efetivas para o atendimento às necessidades prementes dos habitantes daquele município, e almejavam o acesso a uma base estatística e cadastral de todos os residentes, dados que não poderiam ser obtidos pelas informações censitárias coletadas no ano 2000, tendo em vista que as informações de identificação dos

recenseados não poderiam ser utilizadas para fins cadastrais, conforme prevê o sigilo censitário, dados esses centralizados pelo IBGE.

A pesquisa de campo para este levantamento foi realizada no período de 17 a 23 de setembro de 2001, envolvendo, de maneira semelhante ao adotado nas pesquisas anteriores, a participação de expressivo número de alunos da UFU, além de pesquisadores docentes e técnicos em parceria com servidores públicos do município, e forte apoio da população local.

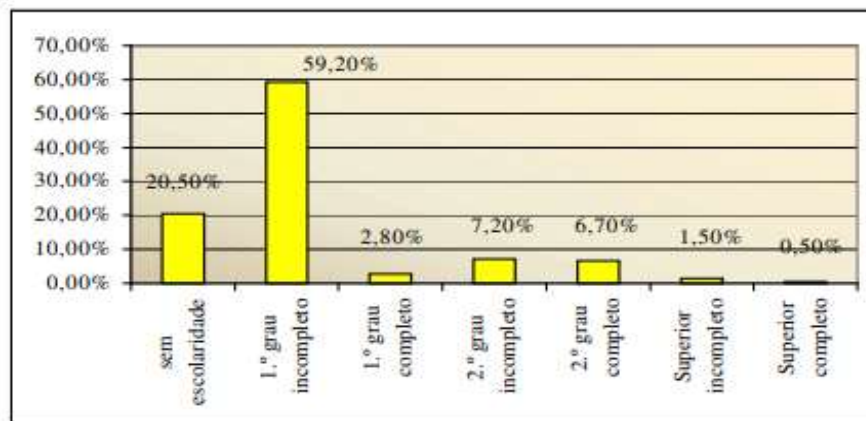
Importante destacar que, de caráter censitário, o Levantamento de 2001 entrevistou todos os residentes na cidade e no meio rural do município, e seus resultados, apesar de corroborarem os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE no ano anterior, constituíram uma base de dados bastante detalhada sobre as pessoas, as famílias e os domicílios urbanos e rurais. Além de informações que possibilitaram a caracterização geral de pessoas e domicílios, o Levantamento evidenciou informações sobre a mortalidade, a natalidade e a migração no município, além de captar informações e demandas sobre a saúde da população, o que levou o município a adotar uma série de ações que procurassem melhorar o sistema de saúde local, bem como possibilitar a maior retenção de residentes, buscando-se implementar projetos de garantia de emprego e renda.

Também neste Levantamento, produziu-se indicadores de pobreza para o município de Santa Juliana, verificando-se que, cerca de 26% da população residente encontrava-se abaixo da linha de pobreza, ou seja, mais de duas mil pessoas não contavam com renda suficiente para suprir suas necessidades básicas de moradia, educação, saúde, alimentação. Ainda mais preocupante, os resultados apontaram para a existência de 1.010 pessoas na condição de indigência, ou seja, pessoas que não contavam com renda suficiente sequer para alimentação que lhes garantissem suas necessidades nutricionais indispensáveis, requerendo apoio do governo local.

Entre os destaques presentes no relatório de pesquisa, relacionados aos indicadores de pobreza, a Figura 6 recupera, a título de ilustração, apenas a relação direta entre a pobreza e a escolaridade da subpopulação pobre do município, ou seja, para além das dificuldades de inserção da população pobre no mercado de trabalho formal, o levantamento evidenciou que os pobres apresentavam uma baixa escolaridade, em larga maioria. Esta constatação levou os gestores municipais a definirem ações que possibilitassem à população jovem adulta a conclusão do ensino fundamental e o acesso, permanência e conclusão do ensino médio.

Figura 6

Gráfico 4 – Proporção de pobres segundo a escolaridade, Santa Juliana - 2001



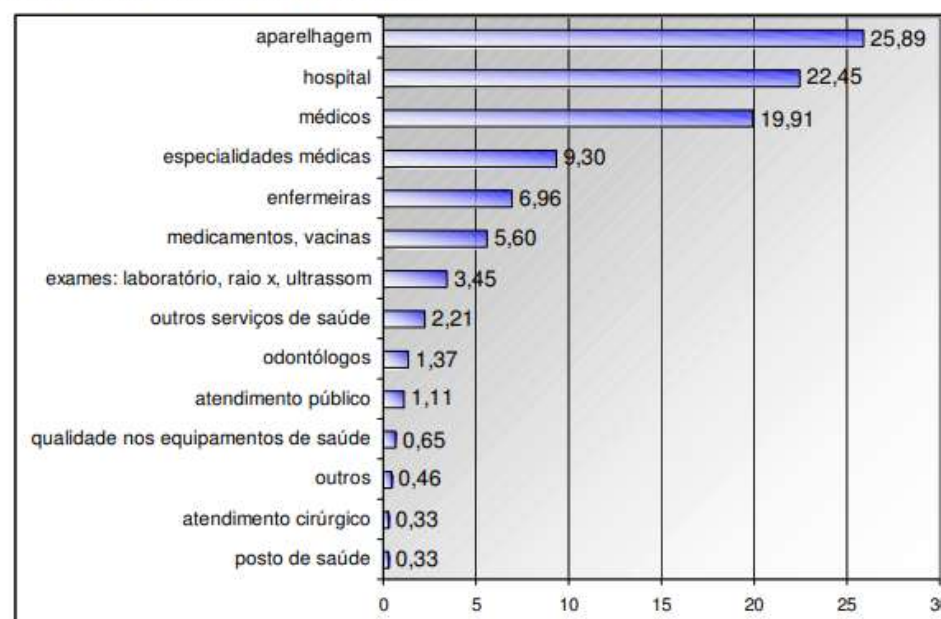
Fonte: LIDES - CEPES/IEUFU-2001

Fonte: Gráfico 4, página 106 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2001b. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/regional>

Assim como as pesquisas sobre as condições socioeconômicas em Uberlândia apontavam necessidades em saúde, os santa-julianenses, naquele 2001, pleiteavam que fossem realizados investimentos em aparelhagem médica, ampliação do hospital, maior presença de médicos especialistas e de enfermeiros, e enfatizavam também a necessidade de maior disponibilidade de medicamentos e vacinas (Figura 7).

Figura 7

Gráfico 5
Melhorias no sistema de saúde (%)



Fonte: LIDES-CEPES/IEUFU - 2001

Fonte: Gráfico 5, página 37 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2001b. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/regional>

Certamente se tivessem sido atendidas as demandas por mais investimento e por melhorias no sistema de saúde, ao longo destes dois decênios que antecederam este gravíssimo momento da pandemia pela Covid-19, não estaríamos vendo tantas mortes evitáveis por falta de respiradores, instalações de UTI e, principalmente, pela falta de vacinas contra o novo *Coronavírus*, o que evitaria os casos graves da doença.

4 – Levantamento de Informações Econômico-sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG.

Figura 8



Fonte: Capa do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2005.
Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Em 2004, diversos setores da sociedade, incluindo famílias, instituições, empresas e governo local discutiam intensamente sobre as condições de vida das pessoas com deficiência no município de Uberlândia. O Censo Demográfico de 2000 tinha apontado a presença de 63 mil moradores com deficiência, ou seja, quase 13% dos 501 mil habitantes experimentavam algum tipo de deficiência física, sensorial ou intelectual. Os resultados do censo, apesar de relevantes, não permitiam obter respostas com maior nível de detalhamento sobre as condições dos domicílios, das famílias, da situação de emprego e renda, de acessibilidade e inclusão, das necessidades específicas em educação, saúde, capacitação, acesso ao mercado de trabalho, entre outras necessidades, assim como não permitiam a identificação das pessoas

censitadas para fins de cadastramento e implementação de políticas e ações focalizadas por tipo de deficiência.

Diante de forte demanda social, foi realizada a pesquisa **Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG (FASE I)** - LIESPPDeficiência-2004, proposta ao CEPES/IEUFU pelo Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD), pelo Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho 3ª Região – MG, pelo Ministério do trabalho e Emprego/ Subdelegacia Regional de Uberlândia – MG e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), regional de Uberlândia -MG. Entre os diversos objetivos da pesquisa, visava-se construir uma ampla base de dados cadastrais com informações econômico-sociais da população com deficiência no município, a fim de possibilitar políticas públicas de inserção desta população no mercado de trabalho. Nesta base de dados as pessoas estavam identificadas para fins de ações institucionais e do governo local.

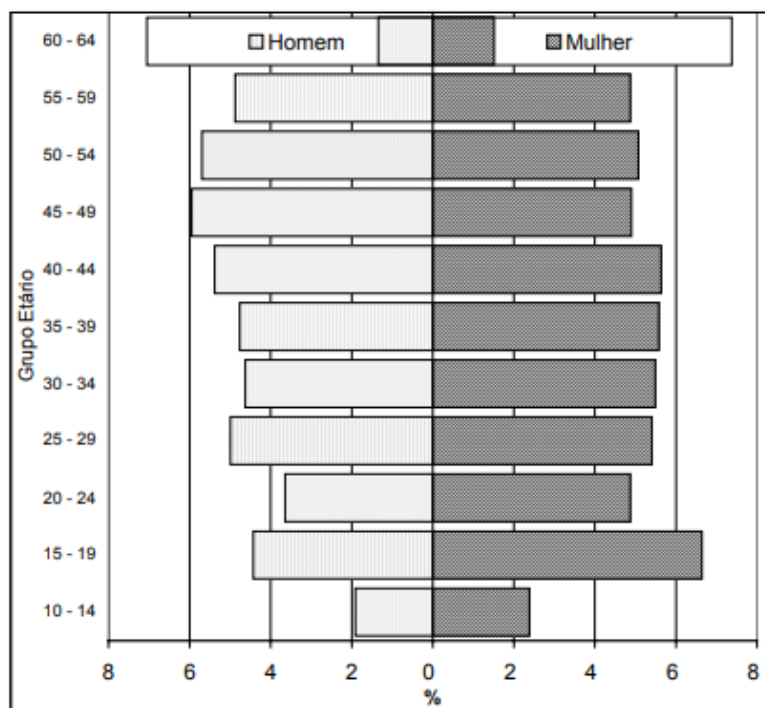
Vale lembrar que, nesta época, ainda se utilizava a designação “pessoa portadora de deficiência”. Atualmente, sabemos que a pessoa não porta a deficiência, é uma pessoa, como qualquer outra, que experiencia a deficiência, um estilo de vida no qual a **pessoa com deficiência (PcD)** poderá viver de forma integral num ambiente em que as barreiras sociais, físicas e atitudinais forem removidas e superadas.

Realizada em duas etapas, a pesquisa de campo ocorreu no período de 6 de novembro a 17 de dezembro de 2004, e a segunda etapa do dia 19 de dezembro a 21 de janeiro de 2005, com grande aceitabilidade pelas famílias visitadas e com amplo apoio das instituições voltadas às PcD.

Nesta Fase I, o levantamento cadastrou 3.831 pessoas com diferentes tipos de deficiência, a maior parte com deficiência física (44%), e, em menor proporção, as PcD mental/intelectual (22%), visual (13%) e auditiva (11%), sendo que algumas contavam com deficiências múltiplas.

Figura 9

Figura 2.1
Estrutura Etária das Pessoas Portadoras de Deficiência.



Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Fonte: Figura 2.1, página 27 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2005. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Considerando como um dos objetivos prioritários a inclusão das PcD no mercado de trabalho formal, a pesquisa direcionou o cadastramento para pessoas com idades entre 15 a 64 anos, ainda que algumas crianças também tenham sido entrevistadas. Para ilustrar, a Figura 9 resgata a estrutura etária dos entrevistados mostrando concentração de PcD nos grupos etários centrais, aqueles com idades acima de 30. Boa parte destas pessoas não contavam com renda, não recebiam qualquer tipo de benefício, inclusive não eram aposentadas e lidavam com situações de pobreza no cotidiano. Os resultados mostram que as famílias com PcD precisam lidar com maiores custos para suprirem suas necessidades básicas ou garantirem alguma adaptação que torne o domicílio acessível e seguro para os familiares com algum tipo de deficiência ou incapacidade.

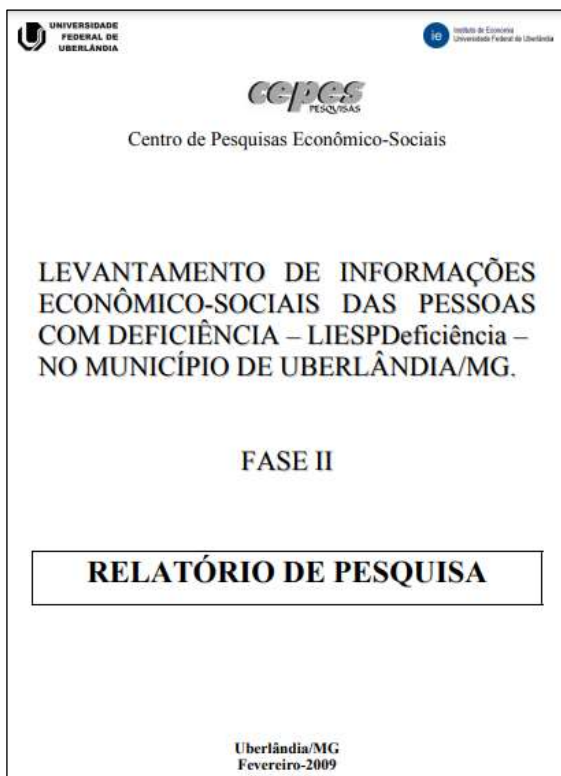
De maneira geral, as PcD buscavam por inserção no mercado de trabalho uberlandense, mas, para tanto, requeriam capacitação, melhorar seu nível educacional, a disponibilidade de transporte coletivo acessível e que os possíveis empregadores

vencessem o preconceito, rompessem com as barreiras atitudinais em relação às PcD. Muitos foram os entrevistados que sequer conheciam a Lei de Cotas, em vigor desde 1991 (Lei 8.213/1991 art. 93).

Esta pesquisa especializada representou um marco nos estudos populacionais no município, possibilitando a realização de diversos estudos, artigos e tese, publicações e a implementação de ações e políticas que permitiram evidenciar as enormes dificuldades experimentadas pelas PcD em seus domicílios e no ambiente urbano, em geral. Por sua relevância, nova fase foi proposta e executada no ano de 2008.

5 – Levantamento de Informações Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência – LIESPDeficiência - no Município de Uberlândia/MG.

Figura 10



Fonte: Capa do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2009. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Em 2008, tanto no movimento das pessoas com deficiência, quanto na sociedade uberlandense em geral, repercutiam os achados oriundos da pesquisa LIESPDeficiência-2004, a qual contou com desdobramentos importantes tanto no meio acadêmico quanto nos espaços empresariais, institucionais e no governo do município. Por ser uma pesquisa inédita no Brasil no que se refere ao grau de detalhamento das informações obtidas para esse estrato da população em nível municipal, foi objeto de avaliação, discussão e crítica de estudiosos do assunto em diversos fóruns em que foi apresentada, por meio de artigos, cujas conclusões contribuíram direta e indiretamente para a elaboração do Projeto de Pesquisa que deu origem ao **Levantamento de Informações**

Econômico-sociais das Pessoas com Deficiência – LIESPDeficiência - no Município de Uberlândia/MG (Fase II).

Os resultados apresentados, bem como o banco de dados gerado, permitiram ao COMPOD, o Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, cooperar com a elaboração de políticas públicas e apoiar projetos que repercutiram significativamente na melhoria das condições de acessibilidade e empregabilidade da PcD no município de Uberlândia. São exemplos os cursos de capacitação desenvolvidos pelas instituições de atendimento à pessoa com deficiência e por algumas empresas privadas, bem como ações do governo municipal, tais como a melhoria do transporte coletivo – após 2004, aumento de 25 para 90 o número de ônibus adaptados com elevadores –; reformulação do atendimento do sistema de transporte acessível (porta-a-porta) – de 25 para 50 vans -; construção do corredor estrutural da Avenida João Naves de Ávila com acessibilidade; recadastramento das pessoas com deficiência para concessão de gratuidade no transporte coletivo, realizado pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, entre outras.

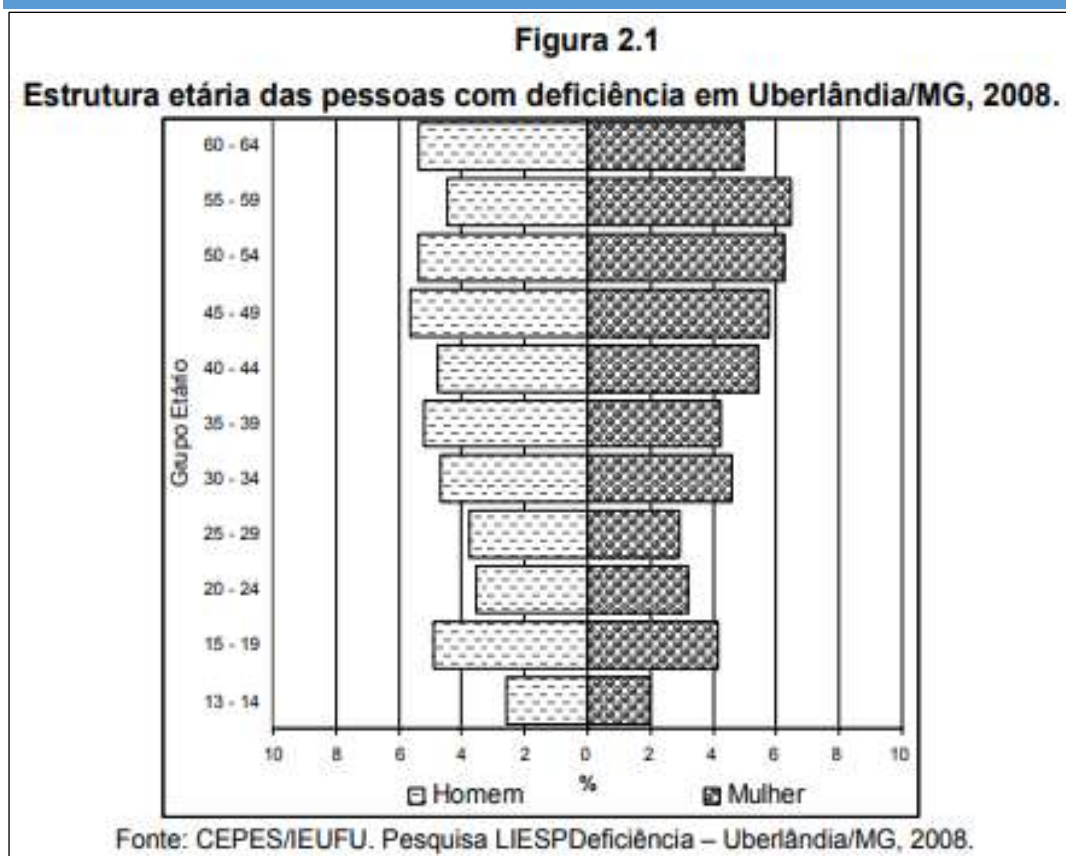
Com a publicação do Decreto Federal 5.296, em dezembro de 2004, houve mudança no conceito de pessoa com deficiência. Isso fez com que o banco de dados, gerado na FASE I, passasse a apresentar desconformidades para o cumprimento da Lei 8.213/91, intitulada Lei de Cotas, que impõe às empresas, com mais de 100 funcionários, a reserva de um percentual do seu quadro de funcionários a ser preenchido por pessoas com deficiência ou reabilitadas pelo INSS. Algumas empresas, ao não cumprirem esta cota, alegavam não contar com informações cadastrais sobre as PcD disponíveis e com potencial para ocupar as vagas em aberto. Diante de tal impasse, realizou-se a FASE II, no ano de 2008, buscando a atualização do banco de dados cadastrais já existente, com informações demográficas e socioeconômicas de milhares de pessoas com deficiência, a maior parte não pesquisada em 2004, o que permitiu esforços de capacitação e inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal.

A construção da base de informações cadastrais, na pesquisa LIESPDeficiência/2008, realizada nos meses de maio a dezembro, se deu a partir de pesquisa domiciliar, com visitas às residências das pessoas com deficiência e buscou atingir quatro objetivos prioritários que nortearam os trabalhos de pesquisa: a. Atualizar a base cadastral das PcD, iniciada em 2004, pessoas estas filiadas às instituições especializadas, bem como localizar outras pessoas com deficiência por meio de visitas domiciliares; b. Gerar, a partir das informações atualizadas, uma base de dados que permita identificar a população em idade ativa (PIA) com deficiência; c. Qualificar o perfil socioeconômico da população com

deficiência, suas necessidades de qualificação e capacitação, bem como identificar os entraves para sua absorção no mercado de trabalho formal, e d. Atualizar o levantamento quantitativo e qualitativo de instituições voltadas ao atendimento da população com deficiência no município de Uberlândia.

Foram entrevistadas, utilizando-se um questionário completo, 3.581 pessoas, em que se pode conhecer em detalhes a estrutura etária e por sexo (Figura 11) deste contingente populacional, assim como contar com informações detalhadas de naturalidade, estrutura domiciliar, migração, escolaridade, emprego e renda, deficiência (tipo, causa e data de aquisição, por exemplo), entre outras variáveis, além de informações sobre as instituições a que se vinculavam.

Figura 11



Fonte: Figura 2.1, página 41 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2009. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

De fundamental importância, ao destacar o ineditismo dessas pesquisas especializadas com foco na população de PcD, reconhecer o mérito desta pesquisa ter

permitido constituir-se uma base longitudinal, extraída dos bancos de dados de 2004 e 2008, dados estes inexistentes, até então, em pesquisas sobre PcD no País. Nas duas fases da pesquisa obtiveram-se informações para 1063 indivíduos com deficiência, entrevistados em 2004 e reentrevistados em 2008, possibilitando verificar se ocorreram mudanças no perfil socioeconômico dessas pessoas, procurando indícios de maior inclusão socioeconômica no município.

Superado mais de um decênio da realização da LIESPDeficiência/2008, a equipe Cepes pretende encaminhar novo projeto aos parceiros das fases anteriores, objetivando atualizar a base de dados e averiguar os ganhos de autonomia, obtidos nos últimos anos, por parte das PcD e suas famílias, inclusive captar os impactos da pandemia gerada pelo novo *Coronavírus*, ainda em franca aceleração dos processos de contágio e morte, atualmente, sobre esta população específica.

6 – Recadastramento e Perfil Epidemiológico dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia e Fundações.

Figura 12



Em 2008, ano em que se comemorou os 30 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia, a Reitoria, por meio de sua Pró-Reitoria de Recursos Humanos publicou uma abrangente e inédita pesquisa sobre o conjunto de seus servidores, executada em parceria com o Cepes, a partir de pesquisa censitária, nos meses de agosto a dezembro de 2007: o **Recadastramento e Perfil Epidemiológico dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia e Fundações**. A pesquisa buscava subsidiar as ações da Comissão para Análise da Viabilidade da Saúde

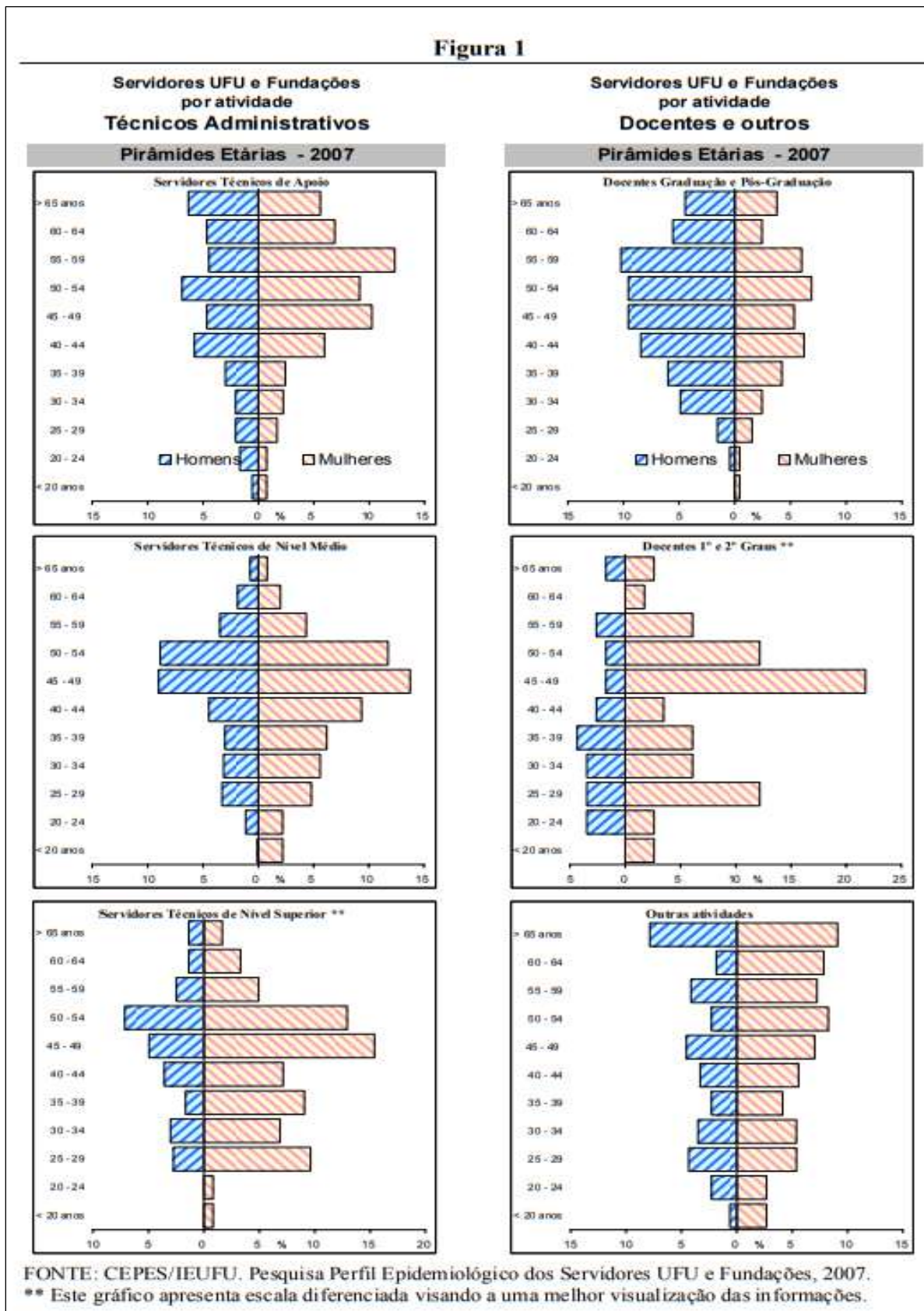
Suplementar para os Servidores da UFU, tendo como meta contribuir para a implantação da Assistência à Saúde Suplementar da UFU, conforme portaria do Ministério de Orçamento e Gestão nº 1983 de 5 de dezembro de 2006.

A coleta de informações para este Recadastramento de servidores, realizado junto aos professores, técnicos administrativos, servidores aposentados e dependentes, não contou com o caráter obrigatório de participação dos pesquisados, garantindo-se, no entanto, a visita pelos pesquisadores a todos os *Campi* da Universidade, bem como as unidades isoladas e Campus Pontal. Também foram visitadas todas as residências de aposentados na localidade de Uberlândia, bem como foram montados postos de atendimento em vários pontos, no interior dos Campi da UFU.

Com a pesquisa, consolidou uma base de dados denominada *BaseServidor*, com informações diversas sobre os servidores da UFU e suas Fundações, resultante dos vários quesitos cadastrais utilizados, base estruturada a partir de variáveis como nome, cargo, situação funcional, data de admissão, local de trabalho, entre outras. Foi possível atualizar informações que facilitaram a localização e comunicação com o servidor de maneira mais precisa e rápida; assim como informações sociodemográficas sobre escolaridade, capacitação e qualificação, permitindo-se avaliar as ações já realizadas pela UFU e, deste modo, planejar um futuro em que a Universidade mantivesse um corpo técnico e de professores qualificado para atender, de maneira eficiente e eficaz, as demandas e necessidades da população de Uberlândia e região. De igual modo, levantou-se informações sobre a adesão dos servidores e dependentes junto a planos de saúde, bem como suas necessidades em torno de saúde em nível suplementar.

Conjuntamente ao Recadastramento, a partir de questionário aplicado de maneira específica e sem identificação, a *BaseServidor* incluiu informações sobre a saúde do Servidor da UFU e Fundações, podendo-se extrair tabulações especiais sobre a incidência de doenças sobre os mesmos e seus dependentes; sobre a prática de atividade física; a existência de alguma deficiência física ou mental; necessidades odontológicas; a realização de exames preventivos; utilização de serviços de saúde público e particular; informações demográficas, de vínculos empregatícios e de rendimento.

Figura 13



Fonte: Figura 1, página 22 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2008. Disponível em <http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/municipal>

Esta pesquisa especializada permitiu que, não somente a Comissão de Implantação da Saúde Suplementar na UFU obtivesse dados robustos para seus trabalhos, mas possibilitou que os órgãos administrativos de gestão de pessoas e as unidades acadêmicas da Universidade pudessem tomar decisões consistentes e agir, a partir de amplo conhecimento do perfil socioeconômico demográfico e de saúde dos servidores. As informações tabuladas, pelo grande número de variáveis, permitiram a realização de trabalhos acadêmicos que explicitaram o conhecimento da população de servidores ligados ao ensino, pesquisa e extensão desta Universidade.

Ao longo do segundo semestre do ano de 2007, a equipe executora, organizada pelo Cepes, entrevistou 3.683 servidores, de diferentes categorias (técnicos, professores, aposentados etc.), com diferentes estruturas etárias e por sexo (Figura 13), constatando que a maioria estava representada por mulheres e que a população universitária contava com uma idade mediana próxima aos 50 anos, se considerada em seu conjunto de servidores.

Interessante destacar que a pesquisa Recadastramento e Perfil Epidemiológico dos Servidores da Universidade Federal de Uberlândia e Fundações recadastrou parte significativa dos servidores ativos e aposentados da UFU e de suas Fundações de Apoio, mas constatou, de maneira surpreendente, que, mesmo no ambiente universitário, onde o tripé ensino, pesquisa e extensão tem sido cotidianamente exercitado, parte de seus servidores apresentaram forte resistência à participação espontânea na Pesquisa, com destaque para servidores com maior nível de qualificação, por exemplo, docentes e técnicos administrativos de nível superior. Ainda assim, os resultados permitiram fazer inferências consistentes sobre o perfil demográfico e socioeconômico da população de servidores públicos na UFU, bem como conhecer melhor o perfil de saúde do servidor universitário e das Fundações de apoio, representando um marco histórico: nos 30 anos de federalização da UFU, a instituição aprofunda o conhecimento de seus servidores realizando uma ampla pesquisa demográfica e epidemiológica.

Passados mais de dez anos da realização do referido Recadastramento, faz-se necessária atualização de pesquisa cadastral de servidores, tendo em vista as mudanças ocorridas nas Instituições de Ensino Superior, em particular a ampliação de vagas para docentes e para funções técnico-administrativas, bem como a expansão da UFU para outros municípios, com perceptível mudança no perfil dos servidores da instituição.

Quem são os servidores da instituição hoje?

7 – IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras

Figura 14



Fonte: Capa do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2014.
Disponível em
<http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/nacional>

Consolidando um ciclo de pesquisas de caráter demográfico, em 2014, o Cepes realiza sob demanda da ANDIFES e de seu Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE a **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. A pesquisa buscou cobrir um amplo conjunto de informações sobre os mais diversos e prioritários temas para o entendimento da vida estudantil

dos graduandos dessas Instituições Federais. Sob diferentes ângulos a rotina estudantil dos pesquisados foi delineada no relatório em nove tópicos: 1 – Identificação e Perfil Básico; 2 – Moradia; 3 – Família; 4 – Trabalho; 5 – Histórico Escolar; 6 – Vida Acadêmica; 7 – Informações Culturais; 8 – Saúde e Qualidade de Vida; e, 9 – Dificuldades Estudantis.

Importa destacar que esta pesquisa sobre os alunos das instituições federais foi executada pelo Cepes, mas representa um trabalho conjunto de parcerias capitaneadas pela Andifes, conforme destaca sua dirigente, a professora Maria Lucia C. Neder: *Este é um trabalho da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que com a contribuição do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), reúne as características socioeconômicas básicas dos estudantes de graduação das Universidades Federais atendidos nas cinco regiões geográficas. Dando continuidade ao que já vinha sendo desenvolvido por esta entidade, este diagnóstico, implementado em 2014, é a quarta atualização, feito quatro anos após a última pesquisa. Esta pesquisa tem por fim qualificar as heterogeneidades existentes entre*

os discentes para formular políticas de equidade e outras ações no âmbito das nossas universidades, que garantam a permanência e viabilizem o sucesso dos estudantes no ensino superior, pois para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, transporte, entre outras condições.

A Figura 15, ao destacar uma tabela quantitativa de graduandos segundo a cor ou a raça, mostra que, entre os anos de 2003 e 2014, as instituições federais de ensino superior passaram de, aproximadamente, 470 mil estudantes frequentando seus *campi* para quase 940 mil, com aumentos absolutos de alunos verificados para qualquer que seja o grupo populacional por raça ou cor declarados.

Com a riqueza de informações consolidadas nesta pesquisa, constatou-se a radical transformação observada no ambiente universitário no decênio que antecedeu a coleta de dados, tendo em vista que os indicadores formulados comprovaram que o ensino superior federal se tornara “popular e inclusivo”, tendo dado passos fundamentais no caminho de melhor espelhar a composição social do país, cabendo aos gestores públicos a responsabilidade de manterem essa dinâmica de garantia da educação superior para todos.

Figura 15

Cor ou Raça	2003	2010	2014
Amarela	21.122	20.079	21.977
Branca	278.811	353.871	429.149
Parda	132.834	210.498	354.688
Preta	27.693	57.218	92.240
Indígena	9.388	6.102	6.014
Outra	-	8.399	-
Sem declaração	-	-	35.536
Total	469.848*	656.167	939.604

Fontes: FONAPRACE – Pesquisas do Perfil (1996, 2003 e 2010). CEPES (2014).

Fonte: Tabela VI, página 5 do Relatório de Pesquisa. Cepes, 2014.

Disponível em

<http://www.ieri.ufu.br/cepes/pesquisa-e-estudos/nacional>

A verdade é filha do tempo, e não da autoridade, disse Galileu Galilei...

... e as pesquisas científicas realizadas mostraram que sem o conhecimento aprofundado e reiterado da população, sem que a verdade se explicita, não se enfrentam os grandes desafios, as crises, as pandemias.

Nesta data em que deveríamos comemorar a sobrevivência do Cepes por mais de 4 décadas, e após exato um ano, naquele 17 de março de 2020, quando a Reitoria da UFU dispersou a maior parte da população universitária (alunos, docentes, técnicos etc.) dos campi, com vistas à segurança frente à pandemia que chegava à cidade, sem nenhuma morte ainda, choramos as quase 1.500 mortes de pessoas, nossos parentes, vizinhos aqui em Uberlândia, provavelmente, muitas delas entrevistadas e participantes em nossas pesquisas demográficas, vitimadas pela Covid-19.

No Brasil, nestes dias, superamos as 280.000 mortes pela pandemia, e estudos com base populacional sugerem que $\frac{3}{4}$ destas mortes seriam evitáveis, caso as autoridades escutassem as verdades que gritam nas pesquisas, que emanam da ciência, que o tempo já nos mostrou em outros momentos de crise sanitária coletiva, tratando as necessidades populacionais como políticas de Estado e não de governo.

Sabemos, após um ano de convivência dramática com o novo Coronavírus, aquilo que já sabíamos em 1996, quando o primeiro relatório desta coletânea foi publicado: as pessoas mais vulneráveis se encontram, sempre, nas famílias pobres, sem moradias adequadas e com alta densidade de moradores, com baixa escolaridade, desprovidas de renda para suas necessidades básicas.

Sabíamos que a pobreza em nossa cidade e, de maneira similar no País, tem cor: é preta, e temos visto, aqui, que a mortalidade é mais intensa para os negros nestes tempos sombrios da Covid-19.

As pesquisas também advogavam por melhorias de acessibilidade na cidade, vias públicas adequadas, saneamento básico, mais transporte coletivo adaptado e de qualidade, lazer com praças e equipamentos de divertimento seguro para todos nos arredores das residências, e a pandemia neste março de 2021 continua ceifando vidas que se aglomeram nos terminais de ônibus lotados, que não contam com água e esgoto para manterem sua higiene pessoal e domiciliar requerida, e que precisavam de um local amplo e na natureza para garantirem sua saúde mental.

Não temos como recuperar, aqui, as diversas reflexões que os relatórios de pesquisa aqui relacionados poderão proporcionar àqueles que os estudarem, mas temos a convicção que as verdades ali contidas – a voz do povo - muito poderão orientar na correção dos rumos para um futuro melhor.

Não se faz uma nação sem investimentos contínuos e suficientes em pesquisa. A UFU em particular, e as Universidades Públicas Brasileiras, atuaram de forma intensa e continuam trabalhando, corajosamente, na superação da grave crise que estamos mergulhados. Os recursos destinados a pesquisas são ínfimos.

Em 2001, com a aprovação da Lei Municipal nº 7.795, em 22 de junho de 2001, que instituiu o Projeto Informação Socioeconômica Municipal, indicando que o CEPES deveria receber o adequado apoio para a produção sistemática de informações demográficas, sociais e econômicas, esperava-se que o município de Uberlândia garantisse em seu orçamento recursos para a pesquisa e a produção de indicadores anuais que subsidiariam políticas públicas.

Em tempos de alta mortalidade evitável, a equipe do Cepes espera, trabalhando, que esta Lei, um dia, seja ressuscitada.

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior
Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais – IERI

Wolfgang Lenk
Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais – CEPES

Luiz Bertolucci Júnior - Coordenador
Ester William Ferreira – Gerente de Pesquisa

Autor(a) da Nota Informativa CEPES 01/2021 – março de 2021.

Luiz Bertolucci Jr.

Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG. Economista pelo Instituto de Economia/UFU. Técnico Administrativo em Educação. Coordenador do CEPES e Pesquisador em População.
E-mail: bertolucci@ufu.br .

Ester William Ferreira.

Doutora em Economia pelo IERIUFU. Economista do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI/UFU). Gerente de Pesquisa e Pesquisadora em Emprego e Trabalho.
E-mail: ewferreira@ufu.br .

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J – Salas 1J 121 / 130 / 132
Campus Santa Mônica CEP: 38.400-902. Uberlândia – Minas Gerais.
Fone: (34) 3239-4328 / (34) 3239-4527 (em trabalho remoto devido a pandemia Covid-19)
Site: <http://www.ieri.ufu.br/cepes> **e-mail:** cepes@ufu.br

